

Ceilândia quer espaço para crescer

Os empresários de Ceilândia querem menos burocracia para tocar seus negócios e gerar mais empregos. E foram pedir isso ontem ao secretário de Desenvolvimento Econômico, Lázaro Marques. Num almoço organizado por quatro associações da cidade, 140 micro e pequenos empresários reclamaram dos obstáculos para abrir suas fábricas e conseguir comprar lotes comerciais.

A Associação Comercial e Industrial de Ceilândia (Acic), a Associação dos Micro Empresários de Ceilândia (Asmec), a Associação dos Profissionais de Oficinas de Ceilândia (Apoc) e a Associação das Gráficas e Editoras de Ceilândia se juntaram para tornar mais fortes as reivindicações de seus associados. A principal delas é a diminuição da demora em obter lotes pelo Programa de Desenvolvimento Econômico (Prodecon). "É tanta burocracia que muita gente acaba desistindo no meio do caminho", afirma Sebastião Gabriel de Oliveira, presidente da Asmec.

Criado pelo governo em 1993, o programa deveria beneficiar os pequenos empresários com a venda de lotes em condições mais acessíveis. A bronca do empresariado refere-se ao caminho até conseguir tais terrenos. A primeira etapa consiste em várias de certidões — junto à Secretaria de Fazenda, INSS, Receita Federal, entre outros — para comprovar a idoneidade do estabelecimento.

Depois da papelada oficial vem a carta-consulta, na qual o comprador em potencial expõe à Secretaria de Desenvolvimento Econômico seus planos para o negócio, quanta gente pretende雇用 etc. Em seguida, os fiscais do governo devem ir até a empresa para verificar se ela realmente existe.

AMPLIAÇÃO

Ronaldo Vinhal da Rocha, 31 anos, dono de uma fábrica de vassouras e rodos, espera esta visita há sete meses. Em julho do ano passado, ele enviou à secretaria uma carta-consulta na qual pedia um lote de 2.100 m².

Paulo de Araújo 26.6.98



A construção de um setor de oficinas em Ceilândia é uma das reivindicações dos empresários, preocupados em retirar lojas e ferros-velhos de áreas residenciais

Como não recebeu resposta, continuou a trabalhar numa área de 500m² no Setor Industrial, pela qual paga R\$ 800 de aluguel. O local já está apertado para a produção média de 25 mil peças mensais, vendida para o DF, Entorno, norte de Goiás e Bahia. E já são 20 empregados. "Se conseguir comprar meu lote, vou poder expandir mais o negócio", afirma.

O Prodecon tem 920 lotes em Ceilândia. Destes, 308 têm infra-estrutura completa. "Em, no máximo, três meses começaremos a distri-

buir estes lotes. Os outros, que ainda precisam de obras, devem ser entregues a partir de outubro", promete o secretário Lázaro Marques. Ele garante também reduzir as exigências para participar do programa. "O mais importante é constatar se a pessoa tem a empresa e se quer gerar emprego", completa.

Pelo Prodecon, os empresários que construirão os prédios de seus estabelecimentos em um ano, ganham 80% de desconto sobre o valor do terreno. Com as obras terminadas em dois anos, o desconto fica em 60%. O

valor final ainda pode ser pago em 36 parcelas. Presente ao almoço, o presidente da Terracap, Alexandre Gonçalves, lembrou outra facilidade: a taxa de ocupação do terreno caiu de 1% para 0,5%.

DESENVOLVIMENTO

Se os lotes forem realmente entregues com mais agilidade, as associações se comprometem a gerar cerca de 10 mil empregos diretos e indiretos na cidade nos próximos anos. "Os lotes serão um instrumento para desenvolver Ceilânia", acredita Álvaro Iaccino, presidente da Acic.

O presidente da Apoc, Narciso Antônio de Assis, espera que a desburocratização se estenda ao setor de oficinas da cidade, demarcado em uma área de 20 mil m² na Guariroba. Para ele, a implementação do local tornaria mais fácil a retirada de oficinas, lojas de auto-peças e ferros-velhos das áreas residenciais da cidade. "Sabemos que a população fica incomodada com o barulho e a sujeira, mas precisamos trabalhar. Por isso, o setor é tão necessário", afirma ele.